

8º SIMULADO INÉDITO

PARA 1ª FASE DO XXXII EXAME
DE ORDEM



Estratégia
OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- Você terá das 8:00 às 13:00 para responder às questões;
- Nesta edição realizaremos um **concurso de bolsas** e premiaremos os cinquenta melhores classificados. Para concorrer, basta preencher o [formulário](#) eletrônico até as **13:00** (horário de Brasília). [Clique aqui para acessar a íntegra do regulamento](#).
- O gabarito será disponibilizado no [blog do Estratégia Concursos](#) às 10h do dia 30 de junho de 2020.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-XXXII-Exame-de-Ordem-28-06-20>



Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no [YouTube](#)
[instagram.com/estratégia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

A respeito da inscrição no quadro de advogados, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Sem apresentar o diploma não é possível realizar a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados.
- b) Se o graduado tiver uma declaração do Reitor da Universidade, é possível realizar a inscrição, mesmo sem apresentar o diploma e o histórico escolar.
- c) No caso de recém-formados, é possível fazer a inscrição somente com o certificado de conclusão de curso. O diploma juntamente com o histórico escolar podem ser apresentados em até 12 mês após a conclusão do curso de Direito.
- d) Conforme dispõe o Regulamento Geral da OAB, na falta do Diploma de conclusão do curso, deve-se apresentar a certidão de graduação em direito e cópia autenticada do histórico escolar.

Questão 2

O Advogado Aloprando da Silva foi preso em flagrante por furto de um chocolate no interior de um mercado.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) Aloprando da Silva tem direito a ter sua prisão comunicada expressamente à seccional da OAB.
- b) Aloprando da Silva tem o direito à presença de representante da OAB, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade.
- c) O auto de prisão em flagrante de Aloprando da Silva é nulo, mesmo havendo a comunicação expressa à Seccional da OAB.
- d) Aloprando da Silva só poderia ser presa em flagrante neste caso com a presença do representante da OAB e em caso de crime inafiançável.

Questão 3

No que se refere ao sigilo profissional e às relações com o cliente previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) O sigilo profissional é de ordem pública, e dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- b) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- c) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- d) O sigilo profissional poderá ser relativizado em circunstâncias excepcionais que configurem justa causa.

Questão 4

Advogado Corona, sócio de renomado escritório de advocacia em Brasília viola, sem justa causa, sigilo profissional. Neste caso, Corona cometeu infração disciplinar, sujeitando-se à sanção

- a) de censura.
- b) de suspensão.
- c) de advertência.
- d) de exclusão.

Questão 5

A Caixa de Assistência dos Advogados destina-se a prestar assistência aos inscritos no Conselho Seccional a que se vincule. Neste sentido, acerca das características e prerrogativas da Caixa de Assistência dos Advogados, assinale a alternativa correta:

- a) A Caixa de Assistência dos Advogados não pode, em benefício dos advogados, promover a seguridade complementar.
- b) Em caso de extinção ou desativação da Caixa, seu patrimônio se incorpora ao do Conselho Federal.
- c) A diretoria da Caixa é composta de três membros, com atribuições definidas no seu regimento interno.
- d) Cabe à Caixa a metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Seccional

Questão 6

O escritório do Professor Igor Maciel contratou a advogada, Priscila Ferreira, como empregada, para fins de auxílio nos processos trabalhistas. Acerca dos direitos de Priscila, como advogada empregada, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada empregada está obrigada à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego.
- b) A jornada de trabalho da advogada, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de oito horas contínuas e quarenta e quatro horas semanais.
- c) As horas trabalhadas pela advogada que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
- d) Os honorários de sucumbência, percebidos pela advogada empregada da sociedade de advogados são partilhados entre ela e a empregadora, na forma estabelecida em acordo.

Questão 7

O advogado Paulo foi notificado pelo não pagamento de diversas anuidades fixadas pelo Conselho Seccional. Nesta hipótese, visando evitar a sua suspensão, o advogado deve quitar o seu débito relativo às anuidades, no prazo de

- a) 5 dias, a contar da notificação.
- b) 10 dias, a contar do vencimento da última anuidade.
- c) 3 dias, a contar da ciência.
- d) 15 dias, a contar da notificação.

Questão 8

Ao advogado Sanchez foi aplicada sanção disciplinar pela prática de crime. Neste sentido, acerca da possibilidade de o advogado requerer a sua reabilitação, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é sempre do Conselho Federal.
- b) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é da Subseção.
- c) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é do Órgão Especial do Conselho Pleno.
- d) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é do Conselho Seccional em que tenha sido aplicada a sanção disciplinar.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

O dicionário define a lei com a regra de direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e o desenvolvimento; a norma elaborada e votada pelo Poder Legislativo; a obrigação imposta pela consciência e pela sociedade. Jean-Jaques Rousseau, baluarte da democracia moderna, entende que a lei é a matéria decidida conforme a vontade do povo.

A lei é o preceito jurídico escrito, estabelecido pela autoridade estatal competente e dotado de caráter geral e obrigatório. Dentro desse conceito, é CORRETO afirmar:

- a) A lei é um mandamento constituído por um preceito primário, isto é, a descrição de uma conduta típica proibida ou obrigatória, e um preceito secundário, a imposição de uma sanção, que pode ser punitiva ou premial.
- b) A lei deve derivar da autoridade estatal competente, o que se cinge à iniciativa para provocar e competência para aprovar a lei.
- c) A lei é feita para reger tanto casos em geral (leis genéricas) como casos específicos (lei de efeitos concretos).
- d) A lei pode buscar tanto o justo, como assentar preceitos morais como bom, éticos e sacros, além de práticos como o útil.

Questão 10

“Não há ordem democrática sem respeito a decisões judiciais. Não há direito que justifique o descumprimento de uma decisão da última instância do Poder Judiciário. Afinal, é o Poder Judiciário o órgão responsável por afastar, mesmo contra maiorias, medidas que suprimam os direitos constitucionais” (Ministro Edson Fachin - ADPF 572 MC/DF).

Gustav Radbruch (1848-1949) dividiu sua vida entre o direito e a política. Como membro do Partido Social Democrata Alemão, teve assento no Parlamento entre 1920-1924. Com a ascensão do nazismo, que desembocou na Segunda Guerra Mundial, foi relegado à ociosidade (exceto por um ano em que esteve na universidade de Oxford, Inglaterra). Com o fim do conflito, publicou “Cinco Minutos de Filosofia do Direito” (1945), uma dura crítica ao positivismo jurídico, que o destacaria como expoente do pós-positivismo.

Segundo Radbruch, é CORRETO afirmar:

- a) Os cidadãos devem obediência à lei sem questionamentos.
- b) A segurança jurídica é um princípio absoluto.
- c) É possível que o Estado de Direito se torne um Estado contra o Direito.
- d) Princípios, como o acusatório no processo penal, que impede que o juiz se torne um acusador, cedem a disposições legais específicas, pois as regras são mais importantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Jorge, líder de movimento armado vitorioso de um golpe de Estado, solicitou que uma comissão de apoiadores, sob a sua orientação, elaborasse um projeto de Constituição. O projeto foi submetido a um plebiscito popular, aprovado e publicado com força normativa. O texto constitucional determinava que parte de suas normas exigiria a observância de um processo legislativo mais rigorosa para a sua alteração: um quórum qualificado para a iniciativa e a aprovação. Já a outra parte da Constituição poderia ser alterada nos moldes do processo legislativo da lei ordinária. De acordo com o caso narrado acima, assinale a alternativa que se refere à classificação dessa Constituição:

- a) outorgada e rígida;
- b) cesarista e semirrígida.
- c) bonapartista e flexível.
- d) popular e dogmática.

Questão 12

A Associação Distrital dos Servidores Públicos resolveu ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, contra dispositivo de lei acrescentado por emenda parlamentar. O projeto de lei, que sofreu a emenda, visou disciplinar diversos requisitos para o ingresso em cargo público vinculado ao Poder Executivo e foi aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ocorre que o dispositivo fruto da emenda parlamentar acrescentou limite etário para o ingresso nos cargos. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal, a referida Associação:

- a) tem legitimidade para propor a medida judicial, uma vez que o dispositivo impugnado tem pertinência temática com os objetivos da entidade, porém no caso em exame a medida correta seria uma ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- b) tem legitimidade para propor a medida judicial, uma vez que o dispositivo impugnado tem pertinência temática com os objetivos da entidade, devendo a ação ser julgada procedente, por ser inconstitucional emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa do Governador.
- c) não tem legitimidade para propor a medida judicial, tendo em vista que não se trata de entidade de classe de âmbito nacional, sendo que o dispositivo impugnado na ação será inconstitucional apenas se o limite etário não for necessário ao exercício das atribuições do cargo.
- d) não tem legitimidade para propor a medida judicial, uma vez que não se trata de entidade de classe de âmbito nacional, mas o dispositivo impugnado na ação é inconstitucional por decorrer de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Questão 13

Um local Y estava sob grave e iminente instabilidade institucional, o que acabava ocasionando uma ameaça a paz social. Em decorrência disso, o Presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) o direito de reunião poderá ser restringido, salvo aquelas exercidas no seio das associações.
- b) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.
- c) o estado de defesa poderá ser instituído por no máximo 45 dias, prorrogado uma única vez por igual período.
- d) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.

Questão 14

O Supremo Tribunal Federal possui o seguinte posicionamento: o atendimento em creche e acesso às unidades de pré-escola à criança menor de cinco anos de idade não podem basear-se em juízo de simples conveniência ou mera oportunidade, pois o sistema de ensino municipal é regido constitucionalmente por normas de eficácia:

- a) contida, possuindo aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- b) plena, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.
- c) limitada, possuindo aplicabilidade indireta, mediata e reduzida e estabelecem apenas diretrizes.
- d) contida, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.

Questão 15

Através da súmula vinculante nº. 38, o Supremo Tribunal Federal uniformizou o entendimento sobre a competência para disciplinar horário de funcionamento de estabelecimento comercial no território brasileiro. Alguns estudantes de direito estavam discutindo a respeito de tal competência. Com base no caso apresentado, é correto afirmar que:

- a) é competência legislativa privativa da União.
- b) é competência material exclusiva do Estado-membro.
- c) é competência legislativa remanescente do Estado-membro.
- d) é competência legislativa exclusiva do Município.

Questão 16

A Chefe do Departamento RH da Prefeitura Municipal ALFA, sem qualquer respaldo legal, recusou-se a fornecer para uma funcionária pública municipal a sua certidão de tempo de serviço. Tal documento é necessário para que a funcionária possa pedir a sua aposentadoria. Assinale a opção que apresenta a medida correta para a obtenção de certidão.

- a) Ação Civil Pública.
- b) Ação Popular
- c) Mandado de Segurança Individual.
- d) Mandado de Injunção.

Questão 17

O Município Alfa tem a intenção de realizar uma fusão com o Município Beta. A partir do previsto na Constituição Federal de 1988, a alteração territorial deve ser efetivada através de:

- a) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- b) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) lei estadual, dentro do período determinado por decreto, e dependerá de consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) lei estadual, não se fazendo necessária consulta às populações dos Municípios, considerando se tratar de interesse exclusivamente estadual.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Maria Dalce Ricas, superintendente-executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), após rompimento da barragem de Brumadinho/MG, declarou no Portal G1: "Os danos ambientais certamente são muito grandes devido às características da região. A lama está descendo a Serra dos Dois Irmãos, atravessando a estrada que liga Belo Horizonte a Brumadinho, em direção ao Rio Paraopeba. E nessa direção tem muita Mata Atlântica, muita fauna. A lama está atravessando uma área que é da própria Vale e certamente vai matar uma parte da floresta, muitos animais silvestres e deve chegar à água. A gente não sabe ainda quais as consequências para o rio, que já está debilitado, em mau estado, mas ainda fornece água para parte da população. E vai chegar com lama tóxica, então ninguém vai poder beber dessa água e a captação de água terá que ser interrompida".

O direito ao meio ambiente é classificado, pelo jurista tcheco-francês, Karel Vasak, como:

- a) direito humano de segunda dimensão, a exigir postura ativa das autoridades estatais na reparação dos danos ambientais causado.
- b) direito humano de primeira dimensão das vítimas que, isoladamente, sofreram perdas gravíssimas.
- c) direito humano de terceira dimensão, uma vez que se trata de direito coletivo.
- d) direito humano de quarta dimensão, caracterizado pela tutela de direitos de massa.

Questão 19

A agência de migração da Organização das Nações Unidas (ONU) alertou que a Venezuela está caminhando para o mesmo "momento de crise" de refugiados visto no Mediterrâneo em 2015.

O alerta compara a forte imigração de venezuelanos para países vizinhos com a registrada em direção à Europa, onde o fluxo de pessoas entrando pelo mar Mediterrâneo, em fuga de guerras, dificuldades econômicas e de outros conflitos em suas regiões de origem, disparou nos últimos anos e levou os países de destino a levantarem barreiras ou a endurecerem as regras de entrada em seus territórios.

Acerca do tratamento conferido ao tema, em Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) São considerados elementos essenciais do refúgio o temor de perseguição por questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e a extraterritorialidade.
- b) O efeito da concessão de *status* de refugiado não se estende ao cônjuge, ascendentes e descendentes.
- c) Quem estiver a condição de refugiado terá equiparação de direito ao brasileiro naturalizado.
- d) Quem estiver a condição de refugiado terá equiparação de direito ao quase nacional.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem um mecanismo bastante famoso de solução de controvérsias, instituído em 1994 por meio do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, no Tratado de Marrakesh, e vincula todos os membros da organização.

A respeito do funcionamento desse mecanismo, conhecido por “dar dentes à OMC, assinale a afirmativa correta.

- a) O mecanismo impede os países de optarem por bons ofícios, conciliação e mediação.
- b) A decisão, por consenso negativo, acerca da adoção de um relatório produzido pelo grupo especial, integra o rol de competências do Órgão de Solução de Controvérsias.
- c) As recomendações e decisões do Órgão de Solução de Controvérsias poderão implicar a diminuição ou o aumento dos direitos e das obrigações dos Estados.
- d) As partes em controvérsia e os terceiros interessados que tenham sido ouvidos pelo grupo especial poderão recorrer do relatório do grupo especial ao Órgão Permanente de Apelação.

Questão 21

O MERCOSUL é um organismo internacional que visa à integração econômica de países que se localizam geograficamente no eixo conhecido como Cone Sul, nos termos do Tratado de Assunção (1991) e do Protocolo de Ouro Preto (1994).

Sobre o sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, assinale a afirmativa correta.

- a) O MERCOSUL não possui, ainda, um sistema próprio de solução de controvérsias, contando apenas com a jurisdição interna de cada Estado.
- b) O sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL encontra-se normatizado pelo Protocolo de Ouro Preto (1994), que estabeleceu a estrutura orgânica definitiva do bloco.
- c) O sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, foi finalmente normatizado nos termos do Protocolo de Olivos (2002).
- d) O sistema de soluções de controvérsias do MERCOSUL foi criado pelo Protocolo de Las Leñas (1996), que estabeleceu os procedimentos de cooperação e assistência jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

O Presidente da República editou, em 25/09/2019, Medida Provisória majorando as alíquotas do ITR - Imposto Territorial Rural. Sobre a hipótese, é correto afirmar que essa Medida Provisória:

- a) Viola o Princípio da Legalidade Tributária, segundo o qual somente lei pode instituir ou majorar tributos.
- b) Não viola o Princípio da Legalidade Tributária e poderá produzir efeitos a partir da data de sua publicação.
- c) Não viola o Princípio da Legalidade Tributária e só poderá produzir efeitos a partir do primeiro dia do exercício de 2020 se for convertida em lei até o último dia do exercício de 2019.
- d) Não viola o Princípio da Legalidade Tributária e só poderá produzir efeitos a partir de noventa (90) dias contados da data de sua publicação.

Questão 23

Luiz Alberto ajuizou uma Ação Anulatória de Débito Fiscal juntamente com o depósito do montante integral do crédito que busca a anulação. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) O depósito do montante integral objeto de discussão judicial poderá ser levantado acaso Luiz Alberto tenha seu pedido julgado procedente perante a primeira instância.
- b) O depósito prévio do montante integral é requisito de admissibilidade da Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- c) Acaso essa ação seja julgada totalmente improcedente, com trânsito em julgado, caberá à Fazenda Pública ajuizar a Execução Fiscal para receber o crédito que lhe é devido.
- d) O depósito prévio do montante integral impede que a Fazenda Pública promova o protesto da CDA - Certidão da Dívida Ativa ou que proponha a Execução Fiscal, e também afasta a fluência de juros e a imposição de multa.

Questão 24

João e Maria se casaram sob o regime de comunhão total de bens. Anos depois resolveram se divorciar e dividiram o patrimônio total comum existente da seguinte forma: o apartamento situado no Município A, no valor de R\$ 400.000,00, passou a pertencer a João, e a casa situada no Município B, no valor de R\$ 600.000,00, passou a pertencer a Maria. Unicamente com base nos dados apresentados, assinale a alternativa correta quanto à tributação incidente nessa partilha de bens:

- a) Deve ser recolhido o ITBI sobre os dois (2) imóveis, para os Municípios onde localizados os bens.

- b) Deve ser recolhido o ITBI de competência do Município B e incidirá sobre a base de cálculo de R\$ 100.000,00.
- c) Deve ser recolhido o ITCMD de competência do Estado onde localizado o imóvel pertencente à Maria e incidirá sobre a base de cálculo de R\$ 100.000,00.
- d) Não é devido qualquer imposto, pois como o regime de casamento era o da comunhão total de bens, não houve transferência de bens, mas simples repartição do patrimônio comum.

Questão 25

Você, advogado(a) tributarista, é contratado por uma empresa para a elaboração de um Parecer sobre matéria tributária. Como o(a) advogado(a) tributarista contratado, assinale a alternativa que veicula enunciado objeto de Súmula Vinculante:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) Na entrada de mercadoria importada do exterior é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- d) Ainda quando alugado a terceiros, o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo Art. 150, inciso VI, alínea c, da CRFB/88, permanece imune ao IPTU, não importando a finalidade a que os aluguéis se destinem.

Questão 26

A empresa ABC atua no ramo gráfico e é beneficiária de imunidade tributária quanto aos impostos incidentes sobre a atividade de produção e venda de livros. Em diligência de fiscalização, os fiscais da Receita Federal do Brasil apreenderam notas e livros fiscais da empresa, sem terem apresentado mandado judicial autorizando a medida. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta quanto à conduta dos agentes fiscais:

- a) A ação fiscal é ilegal, pois a legislação que autoriza e disciplina a fiscalização tributária não se aplica às pessoas físicas ou jurídicas que gozam de imunidade tributária.
- b) A ação fiscal não apresenta qualquer ilegalidade, já que a atividade de fiscalização tributária é ilimitada, tendo em vista a supremacia do interesse público.
- c) A ação fiscal é ilegal, pois, para o cumprimento da diligência e apreensão de documentos, era indispensável a apresentação de mandado judicial.
- d) A ação fiscal mostra-se como ato regular de fiscalização e não apresenta qualquer ilegalidade, pois o Fisco tem o poder-dever de fiscalizar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

A desapropriação consiste na forma mais drástica de intervenção do Estado na propriedade e que afeta o próprio caráter perpétuo e irrevogável do direito de propriedade. Sobre o referido instituto, é correto afirmar que:

- a) a desapropriação como sanção apenas admite o não pagamento de indenização quando houver culturas ilegais de plantas psicotrópicas no imóvel;
- b) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social;
- c) a desapropriação indireta é reconhecida como ato regular e necessita de depósito prévio do valor da indenização;
- d) os bens do domínio dos Estados podem ser desapropriados pelos Municípios.

Questão 28

Joaquim, servidor público federal, em razão de suposta falta funcional, teve contra si a instauração de procedimento administrativo disciplinar. Pelo mesmo fato, foi também ajuizada ação penal pelo Ministério Público Federal.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) o procedimento disciplinar deverá permanecer suspenso até que a ação penal transite em julgado;
- b) Joaquim somente terá a responsabilidade administrativa afastada no procedimento disciplinar se a ação penal resultar na absolvição;
- c) Joaquim somente terá a responsabilidade administrativa afastada no procedimento disciplinar se a ação penal resultar na absolvição em razão da inexistência do fato ou da ausência de autoria;
- d) Joaquim deverá ter a responsabilidade administrativa afastada no procedimento disciplinar se a ação penal resultar na absolvição em razão da inexistência do fato ou da ausência de autoria;

Questão 29

A prefeitura de Piraporinha deseja vender um prédio público desativado para o INSS, que deseja transformá-lo na nova sede da autarquia na cidade. Em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, tal alienação é

- a) vedada, já que os bens públicos são inalienáveis.
- b) possível, por se tratar de um bem público dominical, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de avaliação e de autorização legislativa, sendo dispensada a licitação na modalidade concorrência.
- c) possível, por se tratar de um bem de uso comum, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de licitação na modalidade concorrência, sendo dispensada a autorização legislativa, já que não está cumprindo a função social da propriedade.
- d) possível, por se tratar de um bem de uso especial, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de avaliação e de autorização legislativa, bem como de licitação na modalidade concorrência.

Questão 30

A responsabilidade civil do Estado é prevista no texto constitucional, abordando a obrigação de reparação dos danos ao prejudicado pelo Poder Público. Nem todos os danos são oriundos de atos comissivos, mas também podem ter origem em uma omissão. De acordo com o entendimento jurisprudencial vigente, a responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva é:

- a) objetiva em qualquer caso;
- b) subjetiva, devendo ser comprovada a existência do dolo, mas não do nexo causal;
- c) objetiva, sendo suficiente comprovar a *culpa in vigilando* e o dano efetivo;
- d) subjetiva, devendo ser comprovada a negligência na omissão, o dano sofrido e o nexo causal entre ambos.

Questão 31

O Município X precisa, para expandir o fornecimento de energia elétrica em um determinado bairro afastado, da passagem de fios de eletricidade em uma propriedade particular. Assim, o proprietário deverá suportar a instalação dos postes e fios e a utilização de parte do seu imóvel em razão da seguinte modalidade de intervenção do Poder Público na propriedade:

- a) desapropriação
- b) Servidão administrativa
- c) Limitação administrativa
- d) Ocupação temporária

Questão 32

O coordenador de compras da prefeitura de Mogi Mirim revogou uma licitação que ele próprio havia autorizado, sendo que a revogação foi justificada com base em contingenciamento de recursos orçamentários por conta do realocamento de despesas com a pandemia. O coordenador justificou, ainda, que a paralização havia sido determinada pelo Prefeito.

A empresa vencedora da licitação, por sua vez, investigou a questão e descobriu que não havia nenhuma ordem de contingenciamento determinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Com base nesse relato, conclui-se que a revogação é

- a) válida, visto que compete a quem pratica o ato revogá-lo.
- b) inválida, pois as licitações não são sujeitas a revogação.
- c) inválida, pois constata-se um vício formal no ato.
- d) inválida, o que se constata com base na teoria dos motivos determinantes.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

Caso o estado de São Paulo e o estado de Minas Gerais pretendam construir 200 km de rodovia pavimentada que venha a cortar uma unidade de conservação de proteção integral criada pela União e incluída no território de ambos os estados, mas com a maior área localizada em São Paulo, a competência para o licenciamento ambiental será:

- a) dos dois estados, que deverão atuar de forma conjunta.
- b) da União, somente.
- c) do estado de São Paulo, que contém a maior área ocupada pela Unidade de Conservação.
- d) da União, dos estados de São Paulo e de Minas Gerais e dos Municípios cortados pela rodovia.

Questão 34

Vazamento de proporções gigantescas provocado pela ruptura de reservatório de petróleo atingiu o litoral brasileiro causando grandes danos à fauna e flora, além de impactos sociais e econômicos.

Neste caso, considerando as normas referentes ao licenciamento ambiental e à responsabilidade ambiental:

- a) O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida.
- b) Se a empresa tiver licença ambiental válida, a empresa poderá continuar suas atividades e o órgão ambiental não poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação.

- c) A responsabilidade civil por dano ambiental dependerá da comprovação de culpa, ou seja, é subjetiva.
- d) A empresa deverá ser responsabilizada civilmente, mas não poderá ser responsabilizada na esfera penal e administrativa.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Miguel Lemer, de 79 anos, decidiu formalizar, por meio de testamento, a disposição gratuita do próprio corpo em prol da Universidade de Campinas, para estudos em curso médico. Contudo, opta preservar seu coração que, por meio de gesto simbólico, declara formalmente desejar que o órgão seja enterrado no túmulo de sua família. Esse ato

- a) não é válido, porque a disposição do próprio corpo após a morte não se encontra na discricionariedade do indivíduo, tratando-se de direito indisponível.
- b) não é válido, porque a disposição gratuita do próprio corpo só pode ter objetivo altruístico e não científico.
- c) é válido, por ter objetivo científico, ser gratuito e por não ser defesa a disposição parcial do corpo após a morte.
- d) é válido porque a disposição do próprio corpo após a morte é ato discricionário do indivíduo, para qualquer finalidade ou objetivo, gratuitamente ou não.

Questão 36

Marshal foi contratado para representar o senhor George Smoot na compra e venda de barcos reformados, o que lhe reverteriam benefício patrimonial. No curso da atuação, entretanto, Marshal toma ciência de que George Smoot veio a falecer decorrente de um acidente em alto mar.

Diante disso, o mandato:

- a) se extingue, e Marshal não deve mais atuar;
- b) se extingue, mas Marshal deve concluir os atos já começados, se houver perigo na demora;
- c) se mantém até a abertura de inventário, e Marshal deve continuar atuando;
- d) se mantém, mas os atos de Marshal deverão ser ratificados pelo inventariante;

Questão 37

Enquanto viajavam de férias, a casa em que a família Mosby residia foi invadido por Barney. Agora que retornaram, Barney alega que, tendo cuidado do jardim da frente e evitado um acidente envolvendo gás de cozinha por conta de um problema no encanamento - colocando, temporariamente, em risco o imóvel -, enquanto a família, tem direito a reter o bem até que eles efetuem o ressarcimento pelos gastos que teve.

No caso, Barney:

- a) tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, com direito à retenção do imóvel até que isso ocorra;
- b) tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, mas sem direito à retenção do imóvel;
- c) não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, mas pode levantar a benfeitoria realizada se não houver detrimento à coisa;
- d) não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, por ser possuidor de má-fé.

Questão 38

James e Tom, primos, namoram há anos e decidiram se casar.

Assim, em julho de 2016 realizaram uma festa de noivado na cidade da matriarca da Família, Loreta, e deram prosseguimento aos trâmites para a realização do casamento civil. Em dezembro de 2017, o casal realizou o tão sonhado casamento.

Sob este contexto, considera-se o casamento como sendo:

- a) Válido.
- b) Ineficaz.
- c) Anulável.
- d) Nulo.

Questão 39

Trudy, fornecedora de material para costura, obrigou-se a entregar à Victoria, uma encomenda de 1.500 linhas de costura, disponíveis em cinco variedades distintas, com graus diferentes de qualidade e várias cores. Nesse caso, considerando que o contrato especificou apenas qual o material e a quantidade deste - mantendo-se silente quanto à variedade, cor e qualidade -, deverá ser entregue,

- a) o material a ser escolhido por Trudy, que não poderá enviar o material de pior qualidade, mas também não será obrigada a fornecer o de melhor qualidade.
- b) o material a ser escolhido por Victoria, que não poderá exigir o carregamento da melhor qualidade e nem será obrigada a aceitar o de pior qualidade.
- c) o material a ser escolhido por um juiz, que deverá agir supletivamente à vontade das partes, de modo a integrar o contrato de elemento essencial à sua validade.
- d) o material ser escolhido por Trudy, que está obrigada a fornecer apenas o carregamento de pior qualidade, sendo o envio de material de melhor qualidade uma faculdade de Trudy neste caso.

Questão 40

Thiago emprestou seu porsche conversível a Nathália. Após uma semana de “test drive”, ainda na posse do veículo, Nathália o comprou de Thiago à vista.

Porém, Thiago, mesmo tendo conhecimento de um grave defeito mecânico presente no carro, não o revelou à Nathália durante o período de “test drive”, sendo que o vício oculto só foi constatado por Nathália na data da alienação.

Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Nathália tem direito de obter a redibição do contrato de compra e venda, que se sujeita a prazo

- a) decadencial, de quinze dias, contado da data da alienação.
- b) prescricional, de quinze dias, contado da data da alienação.
- c) decadencial, de trinta dias, contado da data em que recebeu o automóvel.
- d) decadencial, de noventa dias, contado da data em que recebeu o automóvel.

Questão 41

Mariana, de 13 anos, juntou dinheiro para comprar um “kit influencer” no valor de R\$ 2.500,00, a fim de realizar seu sonho de se tornar youtuber profissional. Para isto, celebrou um contrato de compra e venda com Laís, que tem 18 anos.

Sobre esta situação, quanto a Mariana, é correto afirmar que

- a) a contratação é viável, em razão de sua plena capacidade civil.
- b) ele não pode celebrar este contrato, em razão de sua incapacidade absoluta.
- c) ainda que representado por seus pais, ele não pode celebrar este contrato.
- d) após os dezesseis anos, ele pode celebrar contratos, independentemente da intervenção de seus pais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Joana, 16 anos, mãe de Letícia de 5 anos, se envolveu com o uso de entorpecentes e perdeu a guarda de sua filha. Por conta desse fato, Letícia foi inserida no programa de acolhimento familiar ou institucional. Diante desse caso, assinale a alternativa correta.

- a) Letícia deverá ter sua situação reavaliada a cada 6 meses, devendo a autoridade judiciária competente, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.
- b) Joana não poderá visitar Letícia, pois houve a destituição do poder familiar.
- c) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d) Letícia poderá participar de programa de apadrinhamento, que, segundo a legislação atual, poderá ser feito por pessoas físicas e, também, por pessoas jurídicas.

Questão 43

Diana, de dezessete anos de idade, viajou desacompanhada para São Paulo. Na pousada em que havia feito reserva, os atendentes ligaram para os pais de Diana para saber se eles autorizariam a hospedagem da adolescente. O *check-in* foi feito após o consentimento dado pelo telefone.

Com base no caso concreto acima, assinale a alternativa correta.

- a) A atitude da pousada foi correta, tendo em vista que basta a autorização verbal dos pais para hospedagem de adolescente maior de 16 anos.
- b) A atitude da pousada foi equivocada, pois deveria ser exigida a autorização por escrito dos pais e responsáveis, tal conduta é, inclusive, apontada como infração administrativa.
- c) A atitude da pousada foi equivocada, pois, nesse caso, exige-se autorização judicial para hospedagem, tal conduta é, inclusive, apontada como crime.
- d) A atitude da pousada foi correta, pois, para qualquer idade a autorização verbal dos pais é suficiente para a hospedagem.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Marcos é presidente de uma associação de funcionários de um determinado banco. Com o intuito de criar algum benefício específico, instituiu a criação de um fundo de custeio de saúde para os associados, que contribuirão mensalmente com um valor módico, podendo usufruir de diversos serviços de internação, consultas e exames a partir do plano de saúde gerado especificamente para a associação.

João, funcionário do referido banco e associado, adimplente com suas contribuições, necessitou de um procedimento de saúde não previsto na lista disponibilizada pela associação através de seu plano de saúde específico para os associados. Entendendo que o plano de saúde agiu erroneamente, João contrata advogado e ajuíza ação.

Quanto a essa situação, é correto afirmar que João:

- a) será beneficiado pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor e exigir a ampla cobertura do plano a quaisquer situações relativas à sua saúde;
- b) será beneficiado pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor e exigir a ampla cobertura do plano, mas deverá se ater aos itens de cobertura previstas no documento da associação;
- c) não poderá ser beneficiado pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor, mas será considerado presumidamente vulnerável na relação;
- d) não poderá ser beneficiado pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor e não será considerado presumidamente vulnerável na relação;

Questão 45

Amante dos esportes, Paulo realizou a contratação de TV por assinatura de uma operadora local, sendo ofertado a ele vários canais específicos de esporte. No terceiro mês de contrato, Paulo foi cobrado indevidamente por um item não contratado anteriormente. Quanto a esse fato, é correto afirmar que:

- a) Paulo terá direito a receber o valor cobrado indevidamente a título de indenização;
- b) Paulo não terá direito a receber o valor cobrado indevidamente em qualquer situação;
- c) Paulo apenas terá direito a receber em dobro o valor cobrado indevidamente se realizar o efetivo pagamento, independente do dolo do fornecedor;
- d) Paulo terá direito a receber em dobro o valor cobrado indevidamente se realizar o efeito pagamento e for comprovado que o fornecedor agiu com dolo;

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Jorge, Felipe e Marcela pretendem exercer, conjuntamente, atividade econômica voltada para prestação de serviços de barbearia, por meio da qual buscarão distribuir lucros para o sustento de suas famílias.

Para tanto, pretendem constituir uma pessoa jurídica, sendo-lhes adequado o tipo:

- a) fundação;
- b) associação;
- c) sociedade;
- d) organização religiosa;

Questão 47

Segundo o Código Civil,

- a) o contrato social da sociedade em conta de participação produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- b) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- c) é facultada a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- d) na sociedade em comum, todos os sócios respondem subsidiariamente e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.

Questão 48

A Companhia Y, com sede em Ouro, tem grande estrutura operacional, centenas de empregados e faturamento anual superior a dois bilhões de reais. O estatuto dessa companhia está prestes a ser reformado para incluir a possibilidade de participação no Conselho de Administração de 1 (um) representante dos empregados.

Acerca da inserção dessa cláusula no estatuto, é correto afirmar que:

- a) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, uma vez que, para o Conselho de Administração, só podem ser eleitos acionistas pessoas naturais;
- b) é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela companhia, em conjunto com as entidades sindicais que os representem;
- c) é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto dos acionistas, em eleição conjunta com os empregados, e organizada pelas entidades sindicais destes;
- d) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, haja vista que os membros do Conselho de Administração são indicados pelo acionista controlador;

Questão 49

As assembleias de sócios de três sociedades limitadas aprovaram a extinção delas, sem dissolução e com versão patrimonial em uma quarta sociedade, do tipo anônima, constituída em 1990. O objetivo da operação é formar uma concentração horizontal, já que as sociedades são concorrentes entre si no mesmo mercado.

Se a operação societária for implementada, é correto afirmar, em relação aos débitos trabalhistas, que:

- a) a sociedade anônima responderá pelo pagamento solidariamente com as sociedades limitadas cindidas totalmente, porém de modo subsidiário;
- b) as sociedades limitadas não responderão pelo pagamento se o protocolo da operação aprovado pelas assembleias de sócios dispuser em contrário;
- c) a sociedade incorporadora sucederá em todos os direitos e obrigações das sociedades limitadas incorporadas;
- d) o ato de cisão parcial poderá estipular que a companhia seja responsável apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade com as sociedades limitadas;

Questão 50

Sobre Títulos de Crédito no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A transferência do título de crédito implica a transferência de todos os direitos que lhe são inerentes.
- b) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial.
- c) Pagando o título, tem o avalista ação de regresso contra o seu avalizado e demais coobrigados posteriores.
- d) Não subsiste a responsabilidade do avalista quando nula a obrigação daquele a quem se equipara, a menos que a nulidade decorra de vício de forma.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

José, cidadão português domiciliado no Brasil, fez viagem turística à Austrália. Durante viagem José alugou um carro. Por imperícia de José, o veículo sofreu danos. Sem pagar a indenização devida, José retornou ao Brasil. A empresa locadora australiana, buscando o ressarcimento, propôs ação de indenização perante a Justiça Estadual de Florianópolis, onde José mora. Recebendo a petição, o juiz deve:

- a) reconhecer sua incompetência, pois não é competência de autoridade judiciária brasileira julgar processo por fato ocorrido no exterior.
- b) reconhecer sua incompetência, pois é competência da Justiça Federal julgar ações que dizem respeito a processo ocorrido no exterior.
- c) reconhecer sua incompetência, pois autoridade judiciária brasileira só tem competência para julgar fato ocorrido no exterior quando ao menos uma das partes tiver nacionalidade brasileira.
- d) reconhecer sua competência, devendo dar prosseguimento ao processo caso não existam outros óbices.

Questão 52

Maria, desesperada, liga para seu advogado, João, informando que uma indenização milionária à qual faz jus está prestes a prescrever. João, imediatamente, apresenta petição inicial eletrônica em nome de Maria requerendo a condenação do réu ao pagamento da indenização, mas deixa de juntar procuração. O juiz, ao constatar esta situação, deve:

- a) indeferir liminarmente a petição em razão da ausência de legitimidade.
- b) suspender o processo por 15 dias enquanto aguarda a juntada da procuração, sob pena de indeferimento.
- c) exigir caução no mesmo valor da causa por parte de João para dar prosseguimento ao processo.
- d) dar prosseguimento normal ao processo, dispondo João do prazo de 15 dias para a juntada da procuração, prorrogáveis por igual período por despacho judicial.

Questão 53

A empresa Alfa é beneficiária de diversos cheques sacados pela empresa Beta. Os dirigentes da empresa Beta aprovaram a doação do único estabelecimento da empresa. Constatada a situação, o advogado da empresa Alfa pretende impedir a realização do ato para garantir a solvência dos cheques. Neste caso, deve ser proposto pedido de:

- a) tutela provisória de urgência antecipada.
- b) tutela provisória de urgência cautelar.
- c) tutela provisória de evidência.
- d) execução provisória.

Questão 54

Fábio, advogado agindo em causa própria, tem uma ação de cobrança em andamento. Durante o transcurso do processo, o juiz responsável vem a falecer, sendo o processo redistribuído ao seu substituto, Gustavo. Gustavo deve a Fábio o valor de R\$ 20.000,00 por motivo estranho à discussão do processo em curso. Neste caso:

- a) há impedimento, que deve ser alegado por Fábio em petição específica dirigida a Gustavo.
- b) há impedimento, que deve ser alegado por Fábio em petição específica dirigida ao Tribunal respectivo.
- c) há suspeição, que deve ser alegada por Fábio em petição específica dirigida a Gustavo.
- d) há suspeição, que deve ser alegada por Fábio em petição específica dirigida ao Tribunal respectivo.

Questão 55

Danilo ingressa com ação de revisão de contrato em face de Evandro. Na fundamentação da decisão, o juiz verifica o direito à revisão da cláusula número 1 do contrato, mas entende indevida a revisão das demais cláusulas. No dispositivo da decisão, no entanto, o juiz determina a revisão da cláusula 10 do contrato, o que está em contradição com a fundamentação. Nenhuma das partes recorre da decisão. Após o prazo recursal, mas antes da certificação de trânsito em julgado, o juiz verifica o equívoco e profere decisão retificando a anterior para corrigir o dispositivo, determinando a revisão apenas da cláusula número 1. Neste caso:

- a) o juiz agiu corretamente, pois é possível a correção de inexatidões de ofício.
- b) o juiz não agiu corretamente, pois só é possível a correção das decisões por meio de embargos de declaração.
- c) o juiz não agiu corretamente, pois só é possível a correção de inexatidões da sentença durante o prazo recursal.
- d) o juiz não agiu corretamente, pois apenas erros de cálculo da decisão podem ser corrigidos de ofício

Questão 56

A empresa Gama propôs execução de título extrajudicial em face da empresa Delta. O advogado da empresa Delta, Júlio, verifica que o cálculo do valor devido está incorreto, havendo cobrança de valor excessivo. Júlio então propõe embargos à execução. Após o devido processo, os embargos foram julgados improcedentes. Inconformado com a decisão, Júlio deve, descartados os embargos de declaração:

- a) propor recurso de apelação.
- b) propor recurso de agravo de instrumento.
- c) propor recurso de embargos de infringência.
- d) propor recurso ordinário.

Questão 57

Tatiana é proprietária de um imóvel rural há menos de 1 ano. O vizinho a oeste do imóvel, Anderson, alterou furtivamente os marcos que delimitavam os dois imóveis, reduzindo a área sobre a qual Tatiana já exercia posse, o que ela conseguiu provar através de uma perícia. Além disso, Tatiana adquiriu o imóvel a partir de desmembramento do imóvel de Bruno, seu vizinho a leste. Tatiana, através da mesma perícia, verificou que há uma defasagem entre a descrição do seu imóvel no cartório e a demarcação feita por Bruno. Em razão dessa diferença, a área sobre a qual Tatiana vem exercendo posse é menor do que aquela à qual tem direito efetivamente. Tatiana procura um advogado especializado em demandas imobiliárias para regularizar a situação, o qual lhe informa corretamente que:

- a) Tatiana pode propor uma ação possessória em face de Anderson e uma ação petitória de imissão na posse em face de Bruno, mas as demandas não podem correr simultaneamente.
- b) Tatiana pode propor uma ação possessória em face de Anderson e uma ação petitória de imissão na posse em face de Bruno e as ações podem correr simultaneamente.
- c) Tatiana pode propor uma ação possessória tanto em face de Anderson quanto em face de Bruno e as ações podem correr simultaneamente.
- d) Tatiana pode propor uma ação possessória tanto em face de Anderson quanto em face de Bruno, mas as ações não podem correr simultaneamente.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

José, resolve matar seu desafeto Bruno, para isso ministra veneno na sua bebida quando este vai ao banheiro. Após a ingestão do veneno por seu desafeto, tomado por um sentimento de remorso e tristeza, arrependido posteriormente a ver os efeitos do veneno começarem a surgir na vítima, lhe entrega o antídoto e esta sobrevive sem qualquer lesão. De acordo com o caso concreto narrado e a respeito das características dos institutos defensivos do *iter criminis* assinale a opção correta.

- a) A natureza jurídica do arrependimento posterior é a de causa geradora de atipicidade absoluta da conduta, como ocorreu no caso concreto narrado, de forma que o autor não responderá pela tentativa, mas somente pelos atos concretamente praticados.
- b) Crimes formais, como o homicídio narrado na questão, comportam arrependimento eficaz, uma vez que, encerrada a execução, o resultado naturalístico pode ser evitado.
- c) A desistência voluntária, e o arrependimento eficaz ocorrido no caso concreto apresentado, espécies de tentativa “abandonada”, passam por três fases: o início da execução, a não consumação e a interferência da vontade do próprio agente
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, conforme ocorreu no caso apresentado, responderá pelo crime inicialmente pretendido, porém, com uma causa de redução de pena de um a dois terços.

Questão 59

Após descobrir pelos médicos do hospital público em que seu pai, vítima de COVID-19, estava internado, que seu quadro era irreversível, resolve realizar uma eutanásia devido ao fato de não haver dúvidas de seu estado terminal, neste caso, pode-se afirmar que esta conduta constitui hipótese de:

- a) causa de exclusão da culpabilidade do fato por inexigibilidade de conduta diversa.
- b) crime culposo cometido em situação compatível com o perdão judicial.
- c) homicídio doloso praticado através de causa supra legal de exclusão da ilicitude do fato.
- d) crime de homicídio doloso privilegiado apenas.

Questão 60

Lucas esgota, segundo seu entendimento, todos os meios para consumir um homicídio disparando toda a munição disponível em sua arma e, por isso, acredita ter obtido seu objetivo, porém, a morte de seu desafeto deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à sua vontade. De acordo com nossa doutrina esta hipótese pode ser chamada de:

- a) tentativa imperfeita ou imprópria.
- b) crime com consumação imprópria
- c) tentativa branca ou incruenta.
- d) crime falho.

Questão 61

Rodrigo e Diego sequestram a mulher e os o filho de Ivan, gerente geral de um conhecido de banco de investimentos, e exigem que este os auxilie no roubo que farão contra uma de suas maiores agências bancárias. Com o escopo de proteger a sua família, Ivan acaba auxiliando tais indivíduos no referido roubo. Denunciado por participação no roubo, Ivan lhe contrata como advogado (a). Neste caso, deve ser alegada, como principal tese defensiva, a exclusão da:

- a) ilicitude do fato, consistente no estado de necessidade de terceiros.
- b) ilicitude do fato, consistente na legítima defesa de terceiros.
- c) culpabilidade do agente, consistente na inimputabilidade.
- d) culpabilidade do agente, consistente na inexigibilidade de conduta diversa.

Questão 62

Ricardo sabendo que Alessandro, conhecido matador de aluguel da cidade, esta a sua procura, acredita que será por ele assassinado, por isso, sai de casa armado. Ao encontrar Alessandro em um beco escuro e vê-lo colocar a mão repentinamente no bolso, Ricardo saca a arma e dispara causando a sua morte. Entretanto, posteriormente se descobre que Alessandro estava desarmado e a procura de Ricardo apenas para lhe entregar uma carta de amor enviada por Priscila. Você, como advogado (a) de Ricardo, poderia requerer, de acordo com a situação concreta, que seja afastada:

- a) a sua culpabilidade e o crime, pelo erro de proibição.
- b) a sua punibilidade em abstrato isentando-o de pena.
- c) a sua ilicitude e o crime, pela situação de legítima defesa putativa.
- d) a sua responsabilidade penal por dolo e culpa, pelo erro de tipo permissivo.

Questão 63

A conduta de um “serial killer” que mata 5 pessoas em um mesmo bairro, utilizando-se da mesma arma e sempre durante as sextas feiras de madrugada caracteriza crime continuado, previsto no Art. 71 do CP. De acordo com a jurisprudência pacificada nos nossos tribunais superiores a respeito do tema:

- a) é admissível no crime continuado, que entre as condutas decorra prazo de tempo superior a 30 dias, desde que satisfeitos todos os demais requisitos legais.
- b) Não se considera no crime continuado o número de infrações cometidas, mas tão somente sua gravidade, para fins de cálculo do quanto de acréscimo à pena aplicável.
- c) Admite-se para certos casos modalidade específica do crime continuado, ocasião em que a pena do crime mais grave poderá ser aumentada até o triplo.
- d) é inadmissível o reconhecimento de crime continuado nos crimes dolosos contra a vida, como por exemplo no homicídio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

A respeito das regras que envolvem a ação penal pública e a instauração do inquérito policial, aponte a alternativa CORRETA:

- a) O inquérito policial poderá ser iniciado mediante requerimento do Ministério Público.
- b) O inquérito policial poderá ser iniciado mediante requerimento do juiz competente.
- c) O inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição do ofendido.
- d) O inquérito policial poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial.

Questão 65

A respeito do acordo de não persecução penal, instituto expresso no Código de Processo Penal e vigente, aponte a alternativa CORRETA:

- a) independe da confissão pelo suspeito/indiciado.
- b) sem a reparação do dano, não será possível o acordo.
- c) só será admitida para a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.
- d) a discussão sobre a legitimidade de bens e direitos indicados pelo Ministério Público como produto ou proveito do crime será feita no Juízo Cível.

Questão 66

Qual das hipóteses abaixo deve ser a primeira análise para verificar a competência processual penal de um delito praticado:

- a) Se o crime é de competência da Justiça Federal.
- b) se o delito é julgado pela Justiça Eleitoral.
- c) Se o crime é de competência da Justiça Estadual.
- d) O lugar da infração.

Questão 67

Uma das grandes novidades trazidas da Criminalística para o Processo Penal pela Lei 13.964 foi a cadeia de custódia. A respeito desse instituto, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Cadeia de custódia é a prisão cautelar resultante da conversão da prisão em flagrante em preventiva pelo magistrado competente durante a audiência de custódia.
- b) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- c) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
- d) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime.

Questão 68

A intimação da sentença NÃO será feita:

- a) Pessoalmente ao defensor público nomeado pelo juiz para atuar no processo.
- b) Se o réu estiver solto, pessoalmente no endereço residencial que consta dos autos.
- c) Por edital, se o advogado constituído pelo réu não for encontrado no endereço constante dos autos.
- d) Se o réu estiver preso, pessoalmente em sua cela pelo oficial de justiça.

Questão 69

Paulo foi acusado e condenado pela prática dos crimes de ameaça, injúria, difamação e calúnia em face de André. O juiz, diante de milhares de processos conclusos a ele, decide inovar na forma de sentenciar - ele simplesmente afirma que decidiu pela condenação sem fundamentar sua escolha e passar diretamente à dosimetria da pena. Após a publicação dessa sentença, indique como deve agir o advogado de Paulo:

- a) Deve explicar que o juiz poderia decidir dessa forma por força do princípio da livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial (art. 155, CPP).
- b) Demonstrar indignação diante da ausência de fundamentação e apelar, pedindo a nulidade da sentença em preliminar.
- c) Demonstrar indignação diante da ausência de fundamentação e opor embargos infringentes por omissão.
- d) Interpor apelação apenas para tentar reverter o mérito da decisão condenatória, buscando a absolvição de seu cliente.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Zé do Alho, depois de dez anos de labor, recebe a notícia da rescisão do seu contrato de trabalho, conforme informado pelo seu próprio empregador, Sr. “X”. Nesta situação, o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, poderá ser reduzido em:

- a) uma hora diária, sem prejuízo do salário integral
- b) uma hora diária, com prejuízo do salário integral
- c) duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral
- d) duas horas diárias, com prejuízo do salário integral

Questão 71

O contrato individual de trabalho poderá ser interrompido ou suspenso. Acerca deste assunto, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho:

- a) No caso de afastamento por doença, a partir do 16º dia, caso seja mantida a licença a ser paga pelo INSS
- b) Empregado eleito para o cargo de diretor, caso não haja subordinação jurídica inerente à relação de emprego
- c) A greve, em regra
- d) Pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo

Questão 72

Assinale a alternativa que apresenta, entre os profissionais listados a seguir, aqueles que podem ser considerados empregados domésticos, segundo os requisitos legais da LC n. 150/2015.

- a) Cozinheira, babá e servente de prédio.
- b) Jardineiro, motorista e mecânico de máquina de lavar roupa.
- c) Piloto particular, cozinheira e babá.
- d) Lavadeira e zelador de prédio.

Questão 73

Atena é empregada da empresa “X”, possuindo jornada diária de trabalho de 12 horas, seguidas de 36 horas ininterruptas de descanso. Neste caso, prevê a Consolidação das Leis do Trabalho que Atena terá intervalo para repouso e alimentação de

- a) no mínimo sessenta minutos, sendo obrigatória a sua fruição.
- b) trinta minutos, sendo obrigatória a sua fruição.
- c) no mínimo sessenta minutos, sendo observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.
- d) quinze minutos, sendo observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Questão 74

Mario, professor da universidade X, leciona no período matutino e noturno de segunda-feira a sexta-feira. Assim, ministra aulas das 7:40 às 13:00 horas e das 18:00 às 23:30 horas. Neste caso, a legislação trabalhista, especificamente a Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.
- b) está sendo respeitada, tendo em vista que Mario não leciona no final de semana, não sendo a Universidade obrigada a conceder descanso entre as jornadas de trabalho.
- c) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 10 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.
- d) não está sendo respeitada, tendo em vista que não há um período mínimo de 9 horas consecutivas para descanso entre as jornadas de trabalho.

Questão 75

Joana labora em serviço permanente de mecanografia na empresa “XPTO”. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a cada período de

- a) sessenta minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de quinze minutos deduzidos da duração normal de trabalho.
- b) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos deduzidos da duração normal de trabalho.
- c) sessenta minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de quinze minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.
- d) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Aninha ingressou com Reclamação Trabalhista perante o seu ex-empregador, João da Guerra, e pretende produzir provas acerca do assédio moral sofrido, bem como do inadimplemento das verbas trabalhistas, ao longo do contrato. Considerando que cabe ao juiz conhecer o direito e aos litigantes narrar e provar os fatos, assinale a alternativa correta no que se refere a provas.

- a) O ônus da prova caberá ao reclamado, bastando ao reclamante alegar seu direito, sem necessidade de apresentar provas, uma vez que é considerado como o lado mais fraco da relação trabalhista.
- b) As partes e as testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou pelo presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, de seus representantes ou dos advogados.
- c) Quando devidamente arroladas ou convocadas, as testemunhas poderão sofrer desconto pelas faltas ao serviço ocasionadas por seu comparecimento para depor.
- d) Cada uma das partes é obrigada a apresentar um perito ou técnico.

Questão 77

Márcio, advogado, teve o seu contrato de trabalho rescindido pela sua empregadora, a empresa "A". Em razão do recebimento de valor menor que o devido, Márcio ajuizou reclamação trabalhista, advogando em causa própria. Nesse caso, no tocante aos honorários de sucumbência da mencionada reclamação trabalhista, sobre o valor que resultar da liquidação da sentença do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa,

- a) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 15%.
- b) mesmo em caso de procedência total do pedido, não serão devidos honorários de sucumbência a Márcio porque o mesmo está atuando em causa própria.
- c) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, podendo ocorrer a compensação entre os honorários.
- d) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15%.

Questão 78

Em um ato decisório terminativo proferido por juiz de direito em um processo trabalhista, em cuja comarca não há Vara do Trabalho, houve omissão na sentença. Para sanar a omissão no ato decisório, o prazo para a oposição de embargos declaratórios será de:

- a) 8 dias.
- b) 30 dias.
- c) 5 dias.
- d) 15 dias.

Questão 79

Viviane compareceu ao distribuidor da Justiça Trabalhista objetivando a propositura de uma reclamação trabalhista verbal. Após a sua distribuição, Viviane foi advertida de que deveria comparecer na secretaria da Vara competente no prazo de cinco dias para que a reclamação trabalhista fosse reduzida a termo. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, se Viviane não comparecer na referida secretaria, sem justo motivo, dentro do respectivo prazo,

- a) incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 6 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- b) incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 12 (doze) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- c) não ocorrerá a redução a termo da reclamação verbal e Viviane somente poderá ajuizar ação escrita através de advogado ou do sindicato da categoria.
- d) não ocorrerá a redução a termo da reclamação verbal e Viviane poderá ajuizar novamente reclamação verbal após dez dias do arquivamento da distribuição anterior.

Questão 80

Determinada fundação pública estadual, que explora atividade econômica, foi intimada de sentença condenatória trabalhista, na qual se verifica flagrante violação ao entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse caso, a mencionada reclamada poderá interpor

- a) recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias úteis, estando dispensada do recolhimento de custas e depósito recursal.
- b) recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias corridos, devendo promover o recolhimento de custas e depósito recursal.
- c) embargos de divergência, no prazo de 8 (oito) dias úteis, devendo promover o recolhimento de custas e depósito recursal.
- d) recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias úteis, devendo promover o recolhimento de custas e depósito recursal.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase](#)

[Curso para a 2ª fase](#)

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões](#)